

Auditoria interna ainda é pouco inserida nas práticas de governança em empresas de capital aberto

No *Anuário de Governança Corporativa das Companhias Abertas*, publicado pela *Capital Aberto* em outubro de 2010 e elaborado com base nos Formulários de Referência instituídos pela Instrução 480 da CVM, chama a atenção o número de companhias que não possui auditoria interna. Dos cem Formulários de Referência analisados, 78% têm um departamento de auditoria interna que monitora e avalia o ambiente de controles internos e o cumprimento dos procedimentos estabelecidos pela gestão, e desses 78%, somente 64,9% se reportam diretamente ao comitê de auditoria ou ao conselho de administração, mas 22 empresas de capital aberto ainda não possuem um departamento de auditoria interna.

A crise de crédito global e os acontecimentos mencionados recentemente no Brasil em empresas de capital aberto têm servido para aumentar a atenção ao ambiente de governança corporativa das empresas.

Governança é a combinação de processos e estruturas que a gestão de uma entidade tenha implementado a fim de prestar informações, orientar, controlar e monitorar as atividades de sua organização com vista a alcançar os seus objetivos. A função de auditoria interna é uma parte integrante desse processo de governança, que vai além dos processos e estruturas de gestão de riscos, de *compliance* e de controles internos. Estabelecer as responsabilidades e tarefas da auditoria interna, bem como outros temas, é sempre responsabilidade do conselho de administração. Este é monitorado pelo conselho fiscal (possivelmente delegado a um subcomitê, como o comitê de auditoria).

Os comitês de auditoria e os demais conselhos precisam desenvolver uma visão de governança que esteja em sintonia com a natureza, o tamanho

Governança é a combinação de processos e estruturas que a gestão de uma entidade tenha implementado a fim de prestar informações, orientar, controlar e monitorar as atividades de sua organização com vista a alcançar os seus objetivos

Os comitês de auditoria e os demais conselhos precisam desenvolver uma visão de governança que esteja em sintonia com a natureza, o tamanho da indústria e a complexidade da sua organização



Divulgação

Gustavo Amaral de Lucena é fundador e diretor de Produtos e Desenvolvimento do Instituto de Compliance e Integridade Corporativa (ICIC) e diretor da Consultoria de Governança, Gestão de Riscos e Compliance da PwC (gustavo.lucena@br.pwc.com).

da indústria e a complexidade da sua organização, a fim de determinar qual é a medida certa da sua governança e como esta será cumprida e, em seguida, dar início a discussões com a administração da organização a esse respeito. Deve haver uma combinação de responsabilidade entre as três linhas de defesa da governança, que são gestão de riscos, auditoria interna e *compliance*.

Da mesma forma, os departamentos de auditoria interna dessas organizações devem dedicar maior tempo aos programas de auditoria de governança corporativa, desde o seu desenvolvimento até o seu cumprimento em linha com a natureza, o tamanho da indústria e a complexidade da sua organização. Somente assim, e de forma independente, as empresas com princípios de governança corporativa implementados e divulgados ao mercado poderão formular suas opiniões de forma explícita e clara sobre o seu ambiente de governança por meio de linhas diretas de comunicação com o comitê de auditoria, o conselho de administração e a presidência; incentivar o conselho fiscal (e particularmente o presidente e os diretores de riscos e de *compliance*) a disseminar a importância das funções de risco e de controle no âmbito governança; estreitar o relacionamento das gerências operacionais com os membros dos conselhos; cooperar mutuamente no intercâmbio de informações com as demais áreas de controle e de gestão de riscos; formular consultas formais e informais de temas de interesse e preocupação dos membros do conselho/comitê nos diversos níveis operacionais e de gestão da organização; e aumentar a proximidade física dos membros do conselho/comitê, por meio da auditoria interna, de modo a reforçar a comunicação informal com os gestores das áreas operacionais. ■